

Sumário Executivo

1. Poucos anos depois da independência em 1975, a guerra civil eclodiu e continuou durante os 16 anos a seguir. Em 1992 um acordo de paz foi negociado, e em 1994 realizaram-se no país as primeiras eleições multipartidárias, sob os auspícios das Nações Unidas. O Presidente Joaquim Chissano e o partido governante, Frelimo, ganharam a presidência e a maioria de assentos no parlamento. Renamo, o antigo movimento guerrilheiro liderado por Afonso Dhlakama, recebeu quase 34 por cento do voto presidencial e ganhou 112 dos 250 lugares no parlamento.

2. Embora as eleições de 1994 foram acolhidas como um sinal de uma transição de guerra para paz e para democracia multipartidária de êxito, no longo prazo a transição de Moçambique requer o fortalecimento das instituições políticas e a superação de divisões políticas, regionais, e étnicas. Por isso, as eleições de dezembro de 1999 em Moçambique foram vistas pelo Carter Center e por outros como uma prova importante sobre a transição do país.

3. O envolvimento do Carter Center no processo eleitoral de Moçambique começou em maio de 1999, quando uma equipe de pessoal do Carter Center concluiu que os partidos políticos e as autoridades eleitorais Moçambicanos acolheriam uma participação pelo Carter Center. Em agosto, depois que o Center foi convidado pela Comissão Nacional de Eleições (CNE), uma equipe de 13 pessoas do Carter Center observou o processo de recenseamento e concluiu que o processo estava a avançar de uma maneira positiva.

4. Em Outubro de 1999, o Center estabeleceu um gabinete em Maputo e recrutou dez observadores de médio prazo para acompanhar a campanha e as preparações eleitorais. Os observadores viajaram para cada uma das 11 províncias para observar a campanha e se encontraram com as autoridades eleitorais, os partidos políticos, e outros. O Center notou alguns problemas durante a campanha, incluindo demoras na distribuição de fundos de campanha, incidentes sérias de violência, e parcialidade na cobertura da campanha pela mídia. Porém, os observadores do Carter Center tiveram informações dignos de crédito sobre a intimidação de representantes de Renamo em três distritos na província de Tete. Apesar destes problemas, o Center concluiu que o processo eleitoral estava avançando de maneira satisfatória.

para anunciar os resultados oficiais, e à necessidade de concentrar na revisão dos votos nulos, brancos, e contestados que ainda estavam a chegar dos distritos distantes. Os membros da CNE representando a Renamo protestaram contra a decisão.

14. No dia 21 de Dezembro, o Carter Center fez uma declaração chamando para melhor acesso para que os delegados de lista e os observadores pudessem verificar os resultados. No mesmo dia, a CNE convocou uma reunião para finalizar os resultados oficiais. Os membros da CNE representando a Renamo saíram da sala, negando-se a assinar e validar os resultados. No dia 22 de dezembro, o presidente da CNE anunciou que Presidente Chissano ganhou as eleições com mais de 52 por cento dos votos. A Renamo rejeitou os resultados, e fez uma impugnação ao Tribunal Supremo.

15. Numa declaração de 23 de dezembro, o Carter Center reportou que enquanto não estava consciente de irregularidades sérias que podiam influenciar os resultados, os seus observadores não tiveram acesso suficiente para verificar a exatidão dos resultados. O Carter Center afirmou que os seus observadores não tiveram acesso suficiente para verificar a exatidão dos resultados, e que os seus observadores não tiveram acesso suficiente para verificar a exatidão dos resultados.

incluem: (1) reformar a legislação eleitoral para eliminar as lacunas e contradições; (2a) reestruturar a CNE na base duma revisão compreensiva envolvendo a sociedade civil, os partidos políticos, e os técnicos eleitorais; (2b) aumentar o papel de líderes de sociedade civil na CNE; (2c) esclarecer as regras e procedimentos da CNE; (3) reestruturar o STAE como entidade independente com pessoal técnico próprio e permanente; (4) ajustar alguns procedimentos de votação; (5a) a publicação de resultados oficiais por mesa, para as eleições de 1999 e para futuras eleições; (5b) estabelecer um sistema para mais uma reportagem mais rápida dos resultados, e permitir os delegados de lista e os observadores de acompanhar os dados; (5c) permitir um maior papel para a sociedade civil, a mídia, e observadores nacionais para recolher informações sobre os resultados eleitorais, incluindo a possibilidade de fazer um PVT; (6a) adoptar regras que prevêm automaticamente uma revisão dos resultados, ou uma recontagem dos votos (ínteira ou parcial) se determinadas limiares são atingidos; (6b) reformar as instituições e os processos que tratam da resolução de disputas eleitorais.